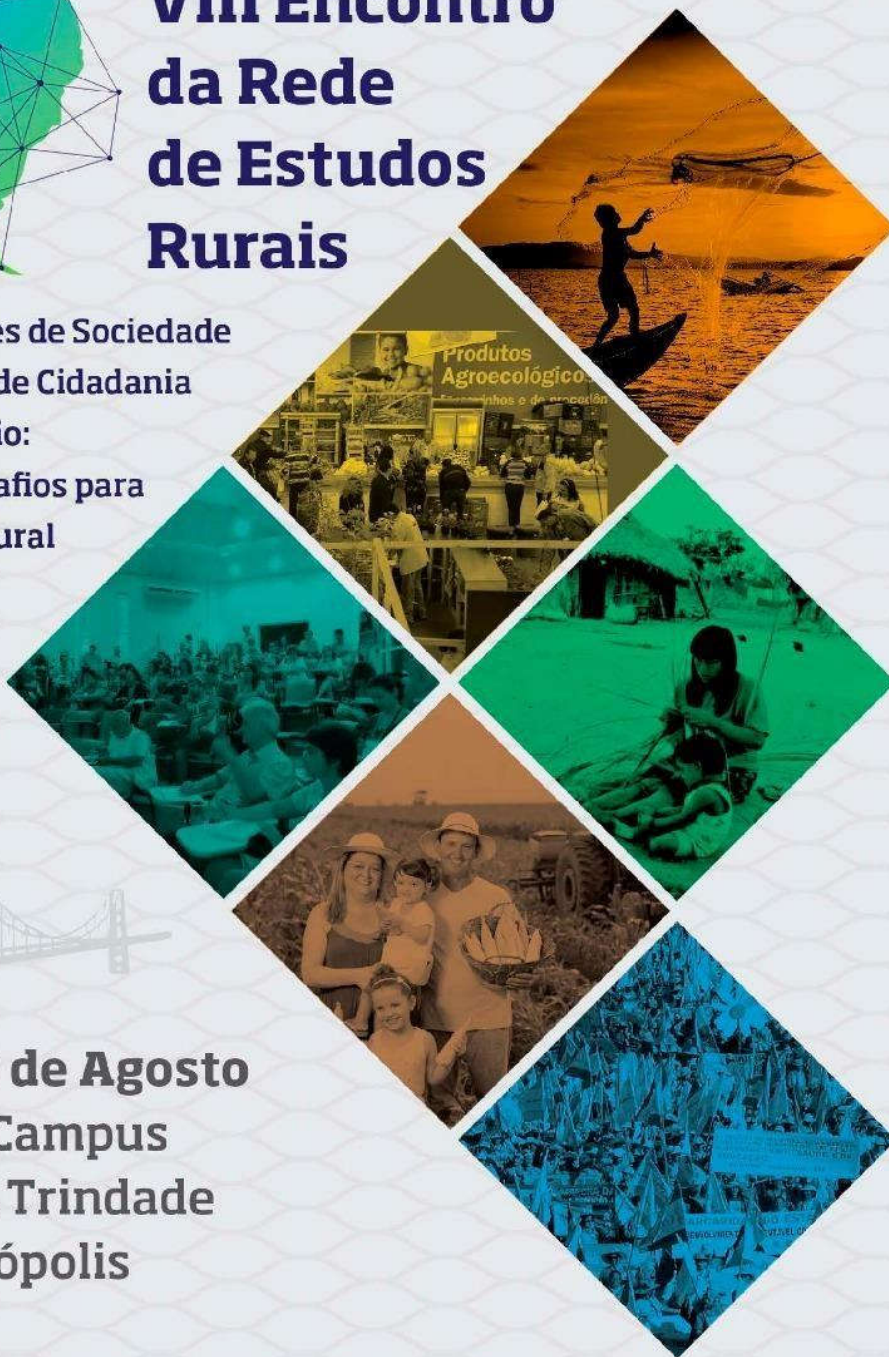




VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais

Concepções de Sociedade
e Direitos de Cidadania
em Questão:
novos desafios para
o mundo rural
brasileiro



27 a 30 de Agosto
UFSC - Campus
Central Trindade
Florianópolis

REALIZAÇÃO:



PROMOÇÃO:

Pós-Graduação em Agroecossistemas/CCA/UFSC | Pós-Graduação em Sociologia Política/CFH/UFSC
Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar/CPH/UFSC
Núcleo de Desenvolvimento Rural Sustentável/CCA/UFSC | Epagri-Cepa

ANAIS

VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais

Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em
Questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro

1ª. Edição

Florianópolis – SC Rede
de Estudos Rurais

ISBN 978-85-63737-04-5

2019

REDE DE ESTUDOS RURAIS

Diretoria Responsável
(2017 – 2018)

Coordenador Presidente: Luís Antônio Barone
(UNESP – Presidente Prudente – SP)

1ª Coordenadora Secretária: Cristina Maria Macêdo de Alencar
(UCSal – Universidade Católica de Salvador)

2º Coordenador Secretário: Valmir Luiz Stropasolas
(UFSC)

1ª Coordenadora Tesoureira: Rosemeire Aparecida Scopinho
(UFSCar – Universidade Federal de São Carlos)

2º Coordenador Tesoureiro: Everton Lazaretti Picolotto
(UFMS – Universidade Federal de Santa Maria)

Conselho Fiscal:

Rodrigo Constante Martins (UFSCar)
Aldenor Gomes da Silva (UFRN)
Ademir Antonio Cazella (UFSC)

Conselho Consultivo Nacional:

Paulo André Nierdele (UFRGS)
Leonilde Servolo Medeiros (UFRRJ)
Delma Pessanha Neves (UFF)
Janice Bruno Dias (UFMG)
Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental)
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (UNIARA)
Ramonildes Alves Gomes (UFMG)
Cimone Rozendo (UFRN)
Alfio Brandenburg (UFPR)
Valter Lúcio Oliveira (UFF)



Comissão Científica do VIII Encontro da Rede:

Alfio Brandenburg (UFPR)
Cimone Rozendo (UFRN)
Dalva Maria da Mota (Embrapa)
Delma Pessanha Neves (UFF)
Janice Bruno Dias (UFMG)
Leonilde Servolo Medeiros (UFRRJ)
Paulo André Nierdele (UFRGS)
Ramonildes Alves Gomes (UFCEG)
Valter Lúcio Oliveira (UFF)
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (UNIARA)
Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) Sônia
Maria Pessoa Pereira Bergamasco (UNICAMP)
Gutemberg Armando Diniz Guerra (UFPA)
Aldenor Gomes da Silva (UFRN)
Maria Aparecida Moraes Silva (UFSCar)

Comissão Organizadora do VIII Encontro da Rede:

Ademir Antonio Cazella (CCA/UFSC)
Jurandi Gugel (Cepa/Epagri)
Karolyna Herrera (NAF/UFSC)
Maria Ignez Silveira Paulilo (PPG – Sociologia e Política/UFSC)
Valmir Luiz Stropasolas (CCA/UFSC)
Vilênia Venâncio Porto Aguiar (NAF/UFSC)

Organização: Luís
Antonio Barone Valmir
Luiz Stropasolas
Karolyna Herrera
Graziella Praça Orosco de Souza
Dayana Maria Vanderley

Arte e Diagramação: Graziella
Praça Orosco de Souza Dayana
Maria Vanderley



Apoio:
Universidade Federal de Santa Catarina
CNPq
CAPES
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC
Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento
Agrário
Governo Federal



Periodicidade:

bienal

Enderço de Contato:

Rede de Estudos Rurais

Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909

CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ

CNPJ: 10.269.919/0001-39

Email: rdestudosrurais@gmail.com

<http://www.redesrurais.org.br/>



APRESENTAÇÃO

Apresenta-se, aqui, os Anais contendo os textos discutidos nos Grupos de Trabalho do VIII Encontro Nacional da Rede de Estudos Rurais. O VIII Encontro da Rede foi realizado no período de 27 a 30 de agosto de 2018, nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC. O Tema Geral escolhido para este evento foi: “Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro”. A participação, evidenciada nestes anais, de pesquisadores de todas as regiões do país demonstrou, mais uma vez, a força e a importância dessa Rede – sobretudo em tempos de forte polarização política e orientações governamentais pouco afeitas às necessidades e reais soluções de problemas envolvendo os mais diferentes segmentos que vivem e trabalham no campo.

Estão reunidos neste volume mais de 150 trabalhos completos, debatidos nos dez Grupos de Trabalho reunidos no VIII Encontro. Essa realização deu continuidade à experiência bem sucedida da Rede e teve repercussão direta nos debates que a comunidade acadêmica vem realizando, em aliança com os setores mais organizados das populações do campo.

O encontro constituiu-se num espaço privilegiado para os debates aprofundados das diferentes e, muitas vezes, conflitantes concepções de sociedade, desenvolvimento e cidadania num contexto político-institucional de implementação de medidas que restringem abruptamente um conjunto de políticas e recursos públicos, bem como de direitos sociais e agrários, que foram conquistados sob conflitualidades, nesses últimos anos, pelos povos do campo, pela agricultura familiar e camponesa.

Foi nesse sentido que o VIII Encontro representou um espaço fundamental para se promover o debate plural e democrático de ideias e proposições formuladas pelas diferentes perspectivas em questão, sobretudo no que se refere às mudanças sociais em curso na sociedade brasileira e no mundo rural. Sem dúvida, o evento foi um momento único para se discutir, também, as contradições do chamado agronegócio, os renovados dilemas que se configuram atualmente para a reprodução social da agricultura familiar e camponesa e para a sustentabilidade socioambiental dos territórios rurais e tradicionais.

A diretoria e o conselho nacional da Rede, em estreita colaboração com a comissão organizadora local, trabalharam para viabilizar um evento que superou as expectativas, sobretudo dada a conjuntura crítica do ano de 2018, seguindo a tradição bem



sucedida das edições anteriores. Congratulamo-nos, também, com os coordenadores de GT, sem os quais o debate e a própria publicação deste volume não seriam possíveis e, também, é claro, os autores e coautores dos trabalhos, pesquisadores de diferentes formações e regiões – jovens e seniores – que se debruçam criticamente sobre os processos sociais rurais que se desenvolvem na imensidão do nosso país.

Florianópolis – SC, 14 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Barone
Presidente da Rede de Estudos Rurais
(gestão 2017-18)

Valmir Luiz Stropasolas
Coordenador Geral
VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE BOVINOS EM SANTA CATARINA

Alexandre Luís Giehl¹
Jurandi Teodoro Gugel, Epagri/Cepa²
Marcia Mondardo³
Tabajara Marcondes⁴

Resumo

A bovinocultura de corte é tradicionalmente associada às grandes propriedades. Santa Catarina é deficitária na produção de carne bovina, mas tem aumentado sensivelmente a sua produção, em especial na Região Oeste, caracterizada pela predominância da agricultura familiar. Este artigo apresenta aspectos do perfil dos produtores catarinenses e analisa a participação da agricultura familiar na produção de bovinos de corte. Toma por base o cruzamento dos dados do período 2014 a 2017 das DAPs ativas e das Guias de Trânsito Animal para abate. Esses dados mostram que de 2014 para 2017 houve uma queda de 39,3 mil para 33,3 mil no número de agricultores que destinaram bovinos para abate (-15,4%), e que, na média dos quatro anos, os agricultores familiares representaram 60,2% do número de produtores e foram responsáveis por 27% dos bovinos abatidos no estado. A partir desses e de outros dados apresentados no artigo conclui-se que a agricultura familiar ocupa papel relevante na produção de bovinos, mas que há um processo de concentração da produção de bovinos de corte, inclusive no segmento familiar, com redução do número de produtores e o aumento do número médio de animais. Por fim, avalia-se que a oferta difusa de animais proporcionada pelo modelo de produção estruturado no estado é importante para o atendimento da demanda local de carne, em especial nos pequenos municípios.

Palavras-chave: agricultura familiar; bovinos; carnes.

1. Introdução

Santa Catarina destaca-se na produção agropecuária brasileira, ocupando a 8ª posição na geração do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira (MAPA, 2018). Isso se deve especialmente à produção pecuária que responde por 60% do VBP da agropecuária catarinense, sendo que cinco dos dez principais produtos do VBP estadual são de origem animal. Embora mais conhecido pela produção de frangos e suínos, os bovinos também têm relevância na geração de receita da agropecuária. Em 2017, o VBP do leite foi de R\$ 3,58 bilhões e o da carne bovina de R\$ 1,37 bilhão (EPAGRI/CEPA, 2017).

Os dados da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) mostram que em 2017 foram abatidos 550,6 mil bovinos⁵ no estado (EPAGRI/CEPA, 2018). Conforme o cadastro da Cidasc (2016), a bovinocultura está presente nos 295 municípios

¹ Eng. Agrônomo - Epagri/Cepa, alexandregiehl@epagri.sc.gov.br.

² Eng. Agrônomo - Epagri/Cepa, jurandigugel@epagri.sc.gov.br.

³ Eng. Agrônoma, M.Sc. - Epagri/Cepa, mmondardo@epagri.sc.gov.br.

⁴ Eng. Agrônomo, M.Sc. - Epagri/Cepa, tabajara@epagri.sc.gov.br.

⁵Contabilizando-se apenas o abate em estabelecimentos com inspeção sanitária (municipal, estadual ou federal).

catarinenses, com 78,7 mil produtores, dos quais 35,7 mil (45%) com finalidade comercial e 43 mil (55%) sem finalidade comercial (EPAGRI/CEPA, 2017).

O desenvolvimento da produção de carnes no estado está associado à gênese do processo de ocupação do território catarinense. A preponderância de famílias de origem italiana e alemã, a topografia acidentada e a divisão em pequenas áreas para famílias com muitos membros na colonização do Oeste Catarinense, são fatores importantes na estruturação e desenvolvimento das cadeias produtivas de suínos, aves e leite na região.

A bovinocultura de corte teve trajetória distinta. Os primeiros bovinos foram introduzidos no Brasil ainda período colonial, no século XVI, desde a chegada dos europeus, constituindo-se num elemento fundamental da ocupação do atual território do Brasil. No Sul, o gado foi introduzido pelas missões jesuíticas e pelos colonos castelhanos no início do século XVII, primeiramente no Rio Grande do Sul e depois nas regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná.

Em Santa Catarina, a bovinocultura de corte se desenvolveu primeiramente no Planalto Sul (também denominada região serrana ou serra catarinense), principalmente em função da presença de pastagens nativas. Essa região era ponto de passagem para as mulas e o charque provenientes do Rio Grande do Sul, que iam em direção às regiões de mineração de ouro e pedras preciosas. Posteriormente houve o desenvolvimento da pecuária na própria região serrana, para abastecer os tropeiros e habitantes das vilas (WEDEKIN, 2017).

Não obstante a relevância histórica da pecuária para a região Serrana, com características de propriedades de maior extensão e tradição na produção de bovinos, Zeni (2001) aponta a gradual substituição dessa atividade por reflorestamentos, para abastecer a indústria de celulose e moveleira. Jacques (2016) reforça isso ao destacar que os sistemas de produção animal da região têm sido velozmente substituídos por cultivos agrícolas e silviculturais, apontando como principal razão para essa conversão a menor rentabilidade da pecuária tradicional comparada às atividades supramencionadas.

Esse processo é parte da explicação do crescimento da bovinocultura de corte no Oeste Catarinense, que assim como as demais carnes, atualmente está concentrada naquela mesorregião, que em 2017 foi responsável por 48,13% da produção estadual de bovinos para abate (EPAGRI/CEPA, 2018). Esse crescimento, contudo, é anterior à redução da participação da região serrana na produção estadual, já que foi a partir de meados dos anos 1980 que essa atividade ganhou impulso mais significativo no Oeste Catarinense, principalmente em decorrência da expansão da pecuária leiteira. Segundo Santos, Marcondes e Cordeiro (2006), a redução de alternativas de renda fez com que muitos agricultores

passassem a dar maior importância à produção leiteira e investissem na atividade. Com isso, a região Oeste passou a registrar taxas de crescimento da produção bastante significativas. Para que se tenha uma ideia, os autores afirmam que no período 1985 a 2002/03, enquanto o crescimento da produção estadual foi de 104%, na Região Oeste atingiu 190%. Com isso, nesse período, a participação dessa região na produção de leite do Estado saltou de 45% para 64%. É provável que o aumento da participação da região no abate de bovinos esteja parcialmente associado a essa expansão, já que os produtores de leite descartam os machos jovens e as vacas improdutivas (para renovação dos plantéis).

Não obstante algumas mudanças observadas recentemente, parte do destaque da produção animal em Santa Catarina deve-se à participação da agricultura familiar nessas cadeias, mesmo no caso da pecuária bovina.

Após a realização do Censo Agropecuário 2006, que identificou a participação da agricultura familiar em todas as atividades agropecuárias, fruto de cooperação entre o IBGE e o MDA, foi produzida a publicação “O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil”. Em relação à Santa Catarina, o estudo mostra que dos 193.663 estabelecimentos agropecuários, 168.544 (87%) eram de agricultores familiares (conforme a Lei nº 11.326/2006⁶), os quais detinham 44% da área, 82% do pessoal ocupado e 64% do VBP dos estabelecimentos agropecuários do estado. Mostrou também a importante participação da agricultura familiar nos principais produtos da agropecuária estadual: 64% do arroz, 73% do feijão, 93% da mandioca e 77% do milho em grão, 87% da produção de leite, 65% do rebanho bovino, 67% do rebanho suíno e 68% do plantel de aves. Esse estudo também revelou que em Santa Catarina haviam 129,3 mil estabelecimentos rurais com presença de bovinos, além de 100 mil com a presença de galinhas e de 73,7 mil com a presença de suínos, seja com finalidade comercial ou para autoconsumo (FRANÇA, DEL GROSSI E MARQUES, 2009).

Embora os bovinos ocupem somente a terceira posição no ranking econômico das carnes no estado, esses dados demonstram a relevância social dessa cadeia produtiva. Assim, e considerando a importância da produção animal na agropecuária catarinense, o grande déficit da produção de carne bovina para o atendimento do consumo estadual, a expressiva participação da agricultura familiar no número de produtores e no rebanho de bovinos apresentava em 2006, a constante necessidade de a agricultura familiar buscar alternativas de

⁶ A lei nº 11.326 (Lei da Agricultura Familiar) traz as bases para os parâmetros utilizados para estabelecer recortes de público na maioria das políticas públicas voltadas a esse segmento. Conforme bem definiu Altafin (2009), a opção adotada no âmbito dessa lei para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, essencialmente centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Por outro lado, no meio acadêmico propõe-se um tratamento mais analítico e menos operacional ao tema.

ocupação e renda, surgem os questionamentos orientadores deste trabalho: qual é a participação atual da agricultura familiar na produção de bovinos para abate em Santa Catarina? Qual é o perfil dos produtores do estado? Qual é a importância da bovinocultura no âmbito desse segmento?

2. Metodologia

Para responder essas questões, inicialmente identificou-se os produtores que destinaram animais para abate no período de 2014 a 2017, utilizando-se as informações das Guias de Trânsito Animal (GTA) emitidas pela Cidasc, órgão estadual responsável pelas ações de sanidade e vigilância animal e vegetal. A GTA é um documento oficial, obrigatório para o trânsito intraestadual e interestadual de animais, que permite aos serviços de defesa agropecuária acompanharem a circulação, identificando a origem e o destino dos mesmos, bem como a finalidade da movimentação (abate, feiras/exposições, etc.). Foram disponibilizados dados das GTAs emitidas nos últimos 4 anos (2014 a 2017), período em que está em funcionamento o Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense (Sigen+)⁷.

Com o uso do *software* SAS (*Statistical Analysis System*), primeiramente identificou-se o total de produtores que emitiram GTAs com finalidade de abate de bovinos no período em questão. Utilizou-se como parâmetro o número do CPF ou CNPJ do responsável registrado em cada GTA. As repetições não foram contabilizadas, de forma a se obter a quantidade real de pessoas físicas ou jurídicas que destinaram animais para abate a cada ano, sendo considerados apenas os animais abatidos em estabelecimentos com serviço de inspeção federal, estadual ou municipal (SIF, SIE e SIM).

Posteriormente verificou-se quais produtores enquadravam-se na categoria “Agricultor Familiar”, conforme a Lei nº 11.326. Optou-se pela adoção de um conceito operacional, partindo-se do pressuposto de que são agricultores familiares aqueles que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Isso foi possível com a obtenção, junto à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead)⁸, da relação das DAPs emitidas em Santa Catarina até dezembro de 2017, contendo informações que permitissem identificar se a declaração apresentava o status de “ativa” (vigência, versão e cancelamentos)⁹.

⁷ O Sigen+ foi implantado em 2013, mas só começou a operar efetivamente em fevereiro daquele ano. Assim, embora os dados de 2013 estejam disponíveis, os mesmos são parciais e não permitem uma adequada comparação com os demais anos, razão pela qual se optou por utilizar somente o período 2014 a 2017.

⁸ Órgão que substituiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinto em maio de 2016.

⁹ Segundo a Sead, DAP Ativa é aquela emitida e registrada na base de dados da Secretaria, sem erros ou vícios de emissão, que combina dois “status”: “Última Versão” e “Válida”.

Em relação a esse conjunto de dados, primeiro identificou-se as DAPs ativas a cada ano no período de 2014 a 2017. Na sequência, novamente utilizando-se o *software* SAS, cruzou-se a relação de produtores com DAPs ativas com a relação de produtores que emitiram GTAs com finalidade de abate de bovinos, utilizando-se como parâmetro o(s) número(s) de CPF(s) constante(s) na DAP. No caso de dupla titularidade, o *software* separou cada um dos CPFs constantes na DAP, visto que a GTA poderia ter sido emitida para qualquer um dos cônjuges, a depender de quem constasse como responsável pelos animais no cadastro realizado pela Cidasc.

Em relação à vigência, foi levado em consideração apenas se a DAP apresentava o status de “ativa” em qualquer período do ano analisado e não especificamente no momento da emissão da GTA. Tal procedimento visou viabilizar a análise dos dados disponíveis de forma mais célere, já que permitia estabelecer mais facilmente o conjunto de DAPs ativas a cada ano. Apesar da adoção de um conceito operacional (compreendendo como agricultores familiares os detentores de DAP), entende-se que essa opção metodológica não afeta significativamente a interpretação dos resultados, já que, no curto prazo, são improváveis alterações tão significativas que inviabilizem o enquadramento do produtor nessa categoria.

Após a identificação dos detentores de DAP, procedeu-se a soma dos animais movimentados a cada ano por eles, considerando-se somente os destinados ao abate inspecionado. As demais operações também foram realizadas com uso do SAS.

3. Resultados e discussão

Entre 2014 e 2017, o número de produtores que destinou bovinos para abate caiu de 39,33 mil para 33,28 mil produtores. As quedas mais significativa foram em 2015 e 2016, quando o número de produtores comerciais¹⁰ decresceu 7,23% e 6,05%, respectivamente.

Essas quedas podem estar associadas às dificuldades decorrentes da crise econômica vivenciadas a partir de 2015, que impactou os hábitos de consumo de significativos setores da sociedade. Contudo, diferentemente do que se observou no cenário nacional, em Santa Catarina só se registrou redução no número de animais abatidos no ano de 2016, como veremos adiante. Isso pode estar relacionado ao fato do estado ser deficitário em termos de produção de carne bovina, com cerca de metade da sua demanda sendo atendida por outras unidades da federação (EPAGRI/CEPA, 2015). De qualquer forma, os preços pagos aos

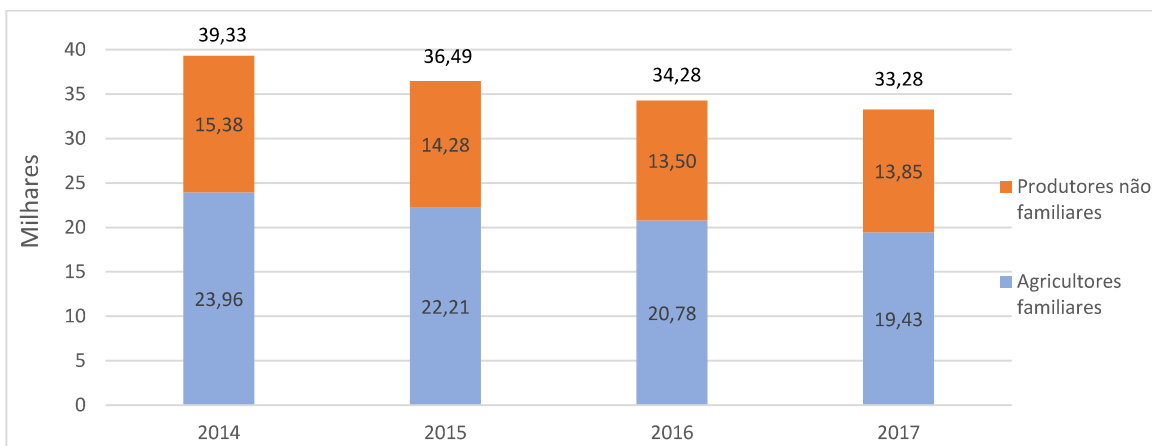
¹⁰ No presente artigo parte-se do pressuposto de que os animais abatidos em estabelecimentos inspecionados (finalidade das GTAs aqui consideradas) são resultantes de operações comerciais. Ressalta-se que em algumas situações não necessariamente há atividade comercial envolvida, como nos casos em que o abate é realizado em estabelecimento com inspeção sanitária e posteriormente os produtos resultantes retornam ao agricultor para consumo deste. Contudo, esses são casos esporádicos.

bovinocultores catarinenses foram pressionados pela tendência de queda nos principais estados produtores, o que reduziu as margens de lucro.

Há que se considerar também que em 2016 o milho atingiu preços recordes, o que acarretou em prejuízo e levou alguns confinadores de bovinos de corte a abandonarem a atividade. Mesmo com o preço do milho retornando a patamares próximos das médias históricas ainda ao final de 2016, em 2017 o setor foi abalado pela deflagração da operação “Carne Fraca”, da Polícia Federal, que prejudicou sua credibilidade e afetou momentaneamente as exportações.

No período de 2014 a 2017, a queda no número de produtores que destinaram animais para abate foi de 18,90% para os agricultores com DAP e de 9,95% para os demais. O único resultado positivo registrado no período foi o aumento de 2,59% no número de produtores sem DAP em 2017, na comparação com o ano anterior. Chama a atenção o fato de nesse ano se observar movimentos distintos entre as duas categorias (Figura 1).

Figura 1 – Bovinocultores que destinaram animais para abate, por categoria e total – Santa Catarina – 2014 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead

Além da mudança de perfil dos produtores e da concentração da produção, fenômeno que vem sendo observado na maioria das cadeias produtivas da agropecuária nas últimas décadas, outra explicação para esses resultados pode estar associada ao mecanismo utilizado para a identificação dos agricultores familiares.

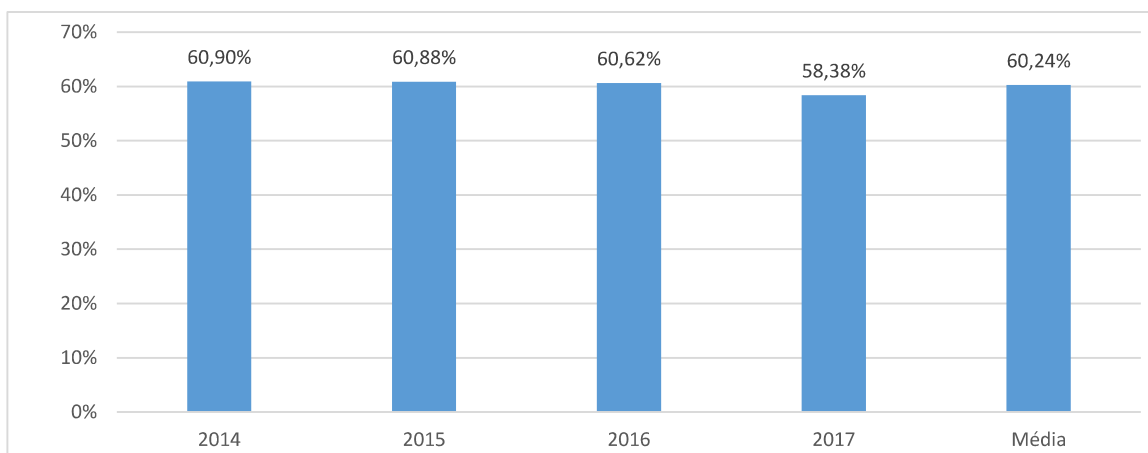
Conforme mencionado anteriormente, adotou-se uma definição operacional de agricultura familiar, considerando enquadrado nessa categoria o produtor vinculado a uma DAP ativa no ano em que se emitiu a GTA com finalidade de abate. Segundo as normas atualmente em vigor, a DAP possui vigência de dois anos. Caso ela expire e o agricultor não busque alguma instituição credenciada para a emissão de novo documento, formalmente ele

deixa de ser considerado agricultor familiar. Além disso, se durante a vigência o agricultor deixar de atender alguma das condições para o enquadramento na categoria¹¹, pode ter a DAP cancelada.

Segundo análises preliminares, a quantidade de DAPs ativas no estado passou de mais de 200 mil em 2015 para cerca de 111 mil ao final de 2016. Tal processo demanda um estudo mais aprofundado, mas é provável que tenha afetado os enquadramentos dos produtores avaliados neste artigo, em especial no ano de 2017. É possível que parcela dos produtores tenha mudado de categoria em função do término da vigência da DAP, sem que isso necessariamente represente alterações significativas nas características do agricultor.

Apesar das quedas em números absolutos, a participação relativa dos agricultores familiares no total de bovinocultores é bastante significativa. Na média dos quatro anos, 60,24% dos produtores que destinaram animais para abate em estabelecimentos inspecionados eram agricultores familiares. A participação de agricultores familiares manteve-se relativamente estável durante a maior parte do período analisado, embora ocorra uma leve tendência de queda (Figura 2).

Figura 2 – Participação da agricultura familiar no total de produtores que destinaram bovinos para abate – Santa Catarina – 2014 a 2017.



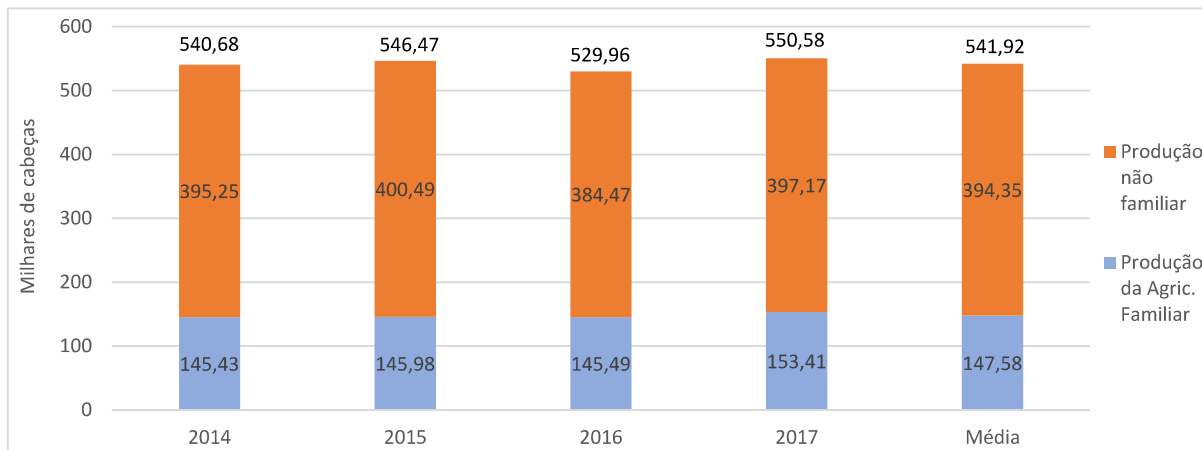
Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

¹¹Segundo o Manual de Crédito Rural (BACEN, 2018) são beneficiários do Pronaf os agricultores que atendam essencialmente às seguintes condições: a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária ou permissionário de áreas públicas; b) residam no estabelecimento ou em local próximo; c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 módulos fiscais; d) no mínimo, 50% da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00, considerando neste limite a soma de 100% do VBP, 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele.

A produção estadual de bovinos¹², por sua vez, registrou aumento de 1,83% de 2014 para 2017 (EPAGRI/CEPA, 2018). Houve aumento em todos os anos, exceto em 2016.

A participação da agricultura familiar na produção não é proporcional à sua representatividade no total de produtores. Em termos absolutos, o número de animais oriundos desse segmento manteve-se estável ao longo dos últimos anos, com exceção de uma variação um pouco mais significativa em 2017 (Figura 3).

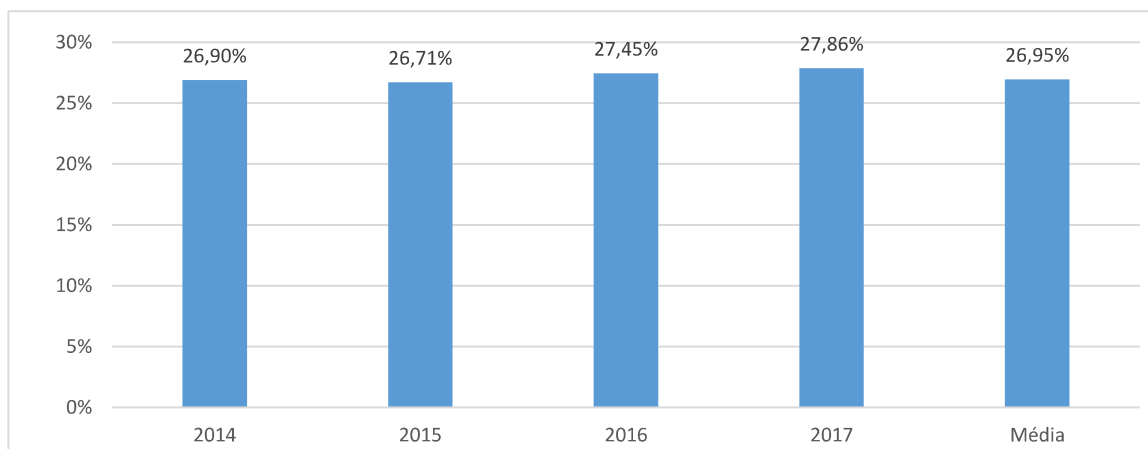
Figura 3 – Bovinos destinados ao abate, por perfil de produtor – Santa Catarina – 2014 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

A participação relativa da agricultura familiar na produção catarinense de bovinos também tem sido estável nos últimos anos, respondendo em média por 26,95% do total de animais abatidos no estado no período.

Figura 4 – Participação da agricultura familiar na produção de bovinos – Santa Catarina – 2014 a 2017.



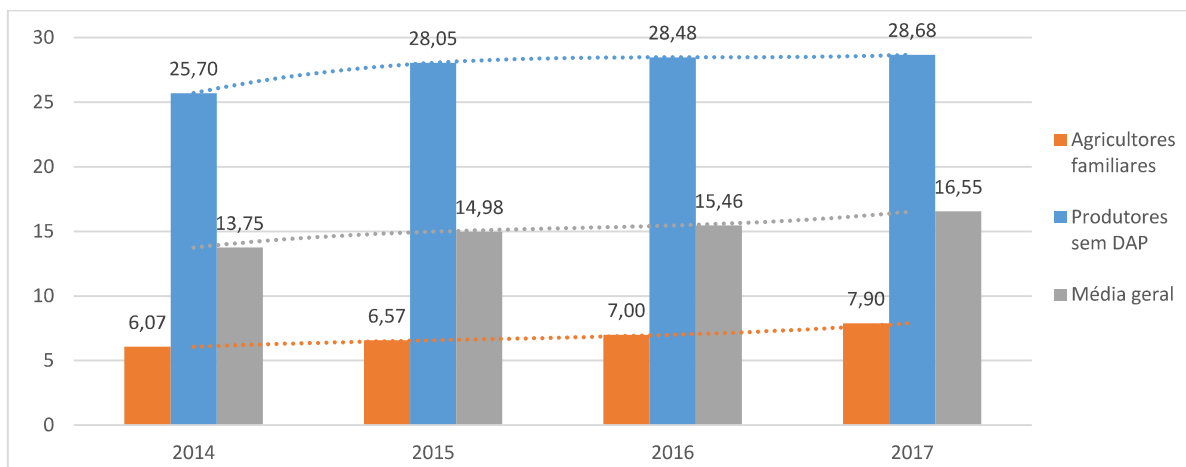
Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

¹² No presente artigo considerou-se somente os animais abatidos em estabelecimentos inspecionados, não sendo contabilizados os bovinos abatidos nas propriedades rurais com finalidade de autoconsumo. Em 2016 os abates para autoconsumo representaram 13,04% do total de animais abatidos no estado (EPAGRI/CEPA, 2017).

Se por um lado há redução no número de produtores familiares que destinaram bovinos para o abate (Figura 1), por outro cresce a sua participação no total de abates. Isso indica concentração na produção, mesmo entre os agricultores familiares.

Outro sinal da concentração da produção é que entre 2014 e 2017 o número médio de bovinos abatidos aumentou 30,07% dentre os agricultores familiares, enquanto que os demais produtores tiveram acréscimo de 11,59% na média (Figura 5).

Figura 5 – Número médio de bovinos abatidos por categoria de produtor – Santa Catarina – 2014 a 2017.



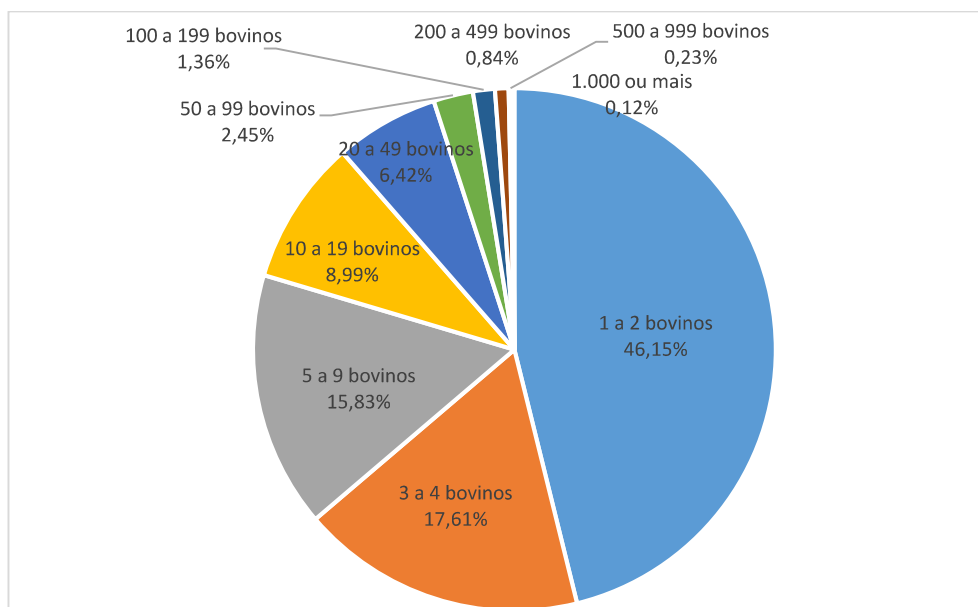
Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Considerando as limitações da utilização de médias para expressar adequadamente a realidade, já que há diferenças significativas no âmbito de cada categoria, optou-se por avaliar a estruturação da bovinocultura catarinense a partir de faixas de produção utilizando-se como referência os nove “grupos de cabeças de bovinos” do Censo 2006, com uma adaptação na categorização. O Censo 2006 tem como extremo superior o grupo de 500 ou mais animais, nesse artigo esse grupo foi dividido numa faixa de 500 a 999 e outra de 1.000 ou mais bovinos.

A média dos quatro anos mostra que produtores que destinaram de 1 a 2 bovinos para abate representam quase metade do contingente (46,15%). Se agregarmos a esses os produtores que comercializaram de 3 a 4 (17,61%) e de 5 a 9 bovinos (15,83%), atinge-se 79,59% do total. Foram mais de 28 mil produtores que destinaram em média menos de 1 bovino/mês, o que indica que, para a maioria, a pecuária de corte provavelmente é uma fonte complementar de renda e não a atividade principal. Por outro lado, os produtores que vendem 100 ou mais animais por ano representam 2,55% do total e, no extremo superior, pouco mais de 40 comercializam 1.000 ou mais animais por ano (Figura 6).

Ao analisar a evolução no período, verifica-se que em 2014 os produtores que destinavam até 9 animais por ano ao abate representavam 81,14% do total, enquanto em 2017 eles eram 77,51%. Essa queda na participação desse segmento indica uma concentração da produção nas faixas mais elevadas. A participação dos produtores que destinaram 100 ou mais animais para abate no período cresceu um pouco: passou de 2,36% para 2,76%. Crescimento maior foi registrado no grupo intermediário (que reúne as faixas de 10 a 99 bovinos), cuja participação passou de 16,50% em 2014 para 19,74% em 2017.

Figura 6 – Participação de cada faixa de produção no total de produtores de bovinos – Santa Catarina – média de 2014 a 2017.



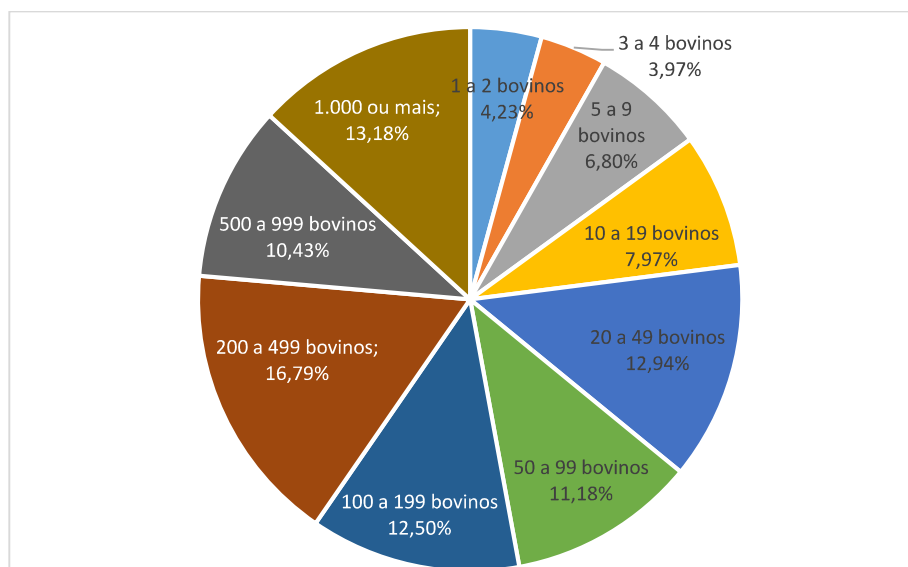
Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

A partir dos dados anteriores e fazendo o recorte pelo perfil dos produtores, na média dos quatro anos se constata que 44,61% dos agricultores familiares que destinaram animais para abate estão na faixa de 1 a 2 bovinos. Esse percentual aumenta para 83,24% quando a faixa é ampliada de 1 a 9 animais. No período analisado observou-se uma pequena tendência de redução da participação das faixas menores (1 a 9 bovinos), as quais passaram de uma participação de 84,77% em 2014 para 81,31% em 2017.

Os dados mostram também que os agricultores familiares são os predominantes nas faixas entre 1 e 19 bovinos abatidos (60,96% dos produtores enquadrados nessas faixas possuíam DAP em 2017). A partir daí predominam os produtores sem DAP, em especial nas faixas de 500 a 999 e acima de 1.000 bovinos. Ainda assim, surpreende a presença de 24 produtores detentores de DAP nessas duas faixas (aproximadamente 17% em cada), o que mereceria uma análise mais aprofundada para a compreensão desse fato.

As mudanças são drásticas quando se analisa a participação de cada faixa no total de animais abatidos. Embora representem quase metade do contingente total, os produtores que produzem 1 a 2 bovinos respondem por apenas 4,23% dos animais abatidos. Somando-se as três faixas inferiores (1 a 2, 3 a 4 e 5 a 9 bovinos), atinge-se o percentual de 15,01% do total de animais. Esse valor é muito próximo aos 13,18% dos produtores que comercializam 1.000 ou mais animais (representam apenas 0,12% do total de bovinocultores). Os produtores com 100 ou mais animais são responsáveis por 52,90% do total de abates inspecionados do estado.

Figura 7 – Participação de cada faixa de produção no total de bovinos abatidos – Santa Catarina – média de 2014 a 2017.



Fonte: Elaboração dos autores, partir de dados da Cidasc e Sead.

Esses dados mostram a significativa concentração nessa cadeia produtiva. A forte presença da produção leiteira na pecuária bovina estadual leva a crer que a maioria dos produtores que destinam até 9 bovinos por ano para abate sejam bovinocultores de leite e que os animais abatidos sejam oriundos de descarte para renovação dos plantéis ou do abate de machos jovens. Contudo, essa é uma hipótese cuja comprovação não é possível no presente trabalho, sendo necessárias análises mais detalhadas para ratificá-la ou não.

Ao analisar a evolução da participação de cada faixa ao longo do período considerado, verifica-se que em 2014 os produtores das faixas de 1 até 9 bovinos eram responsáveis por 16,51% dos animais abatidos, percentual que caiu para 13,65% em 2017. Por outro lado, a participação dos produtores que destinaram 100 ou mais animais para abate no período aumentou de 50,89% para 53,27%. Também se registrou aumento no grupo intermediário (faixas de 10 a 99 bovinos), que passou de 32,61% em 2014 para 33,08% em 2017.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2018) demonstram que 50.569 estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina comercializaram bovinos naquele ano. Em 22,46% desses estabelecimentos o número de animais comercializados foi inferior a 10. Esse percentual está bem abaixo dos 79,59% identificados neste estudo. É necessário levar em consideração que embora os recortes de faixas sejam os mesmos, são informações distintas. O Censo trata de animais comercializados, independente da finalidade dos mesmos, enquanto neste artigo apenas são contabilizados os animais destinados ao abate em estabelecimentos inspecionados.

4. Considerações finais

A produção de carnes é responsável pela maior parte do VBP da agropecuária catarinense. Além disso tem grande relevância social, garantindo a geração de renda para grande contingente de produtores.

No caso dos bovinos, em 2017 mais de 33 mil produtores destinaram animais para abate em estabelecimentos inspecionados. Os registros da Cidasc apontam ainda a existência de 43 mil produtores de bovinos sem finalidade comercial em Santa Catarina. A criação de bovinos é a única atividade pecuária registrada em todos os 295 municípios catarinense, não obstante a concentração em algumas regiões específicas.

A produção de bovinos com finalidade de obtenção de carne normalmente é associada a grandes extensões territoriais, tanto em função das características inerentes à atividade quanto do histórico da bovinocultura no Brasil, em geral vinculada ao latifúndio. A atual distribuição geográfica da atividade contribui com essa percepção, já que os maiores produtores são estados caracterizados pela grande presença de grandes propriedades, como é o caso de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (EPAGRI/CEPA, 2018).

Mesmo em Santa Catarina, quando se faz menção à produção de bovinos, ainda está muito presente no imaginário social o perfil de pecuária desenvolvido na região Serrana do estado, com manejo extensivo e propriedades consideradas de grande escala para os padrões catarinenses. Contudo, nos últimos anos a atividade se ampliou sobretudo nas regiões de predominância da agricultura familiar e propriedades de menor porte, como o Oeste Catarinense, origem de 48,13% dos bovinos abatidos no estado em 2017. A importância daquela região na produção de carne normalmente é atribuída ao deslocamento da pecuária leiteira nas últimas décadas em direção ao Oeste, que atualmente se constitui na principal bacia leiteira do estado e uma das mais relevantes do país.

Contudo, a inexistência de análises mais aprofundadas sobre o perfil da bovinocultura catarinense dificulta a interpretação desse fenômeno, além de criar barreiras para a compreensão do papel da agricultura familiar na produção. Isso estimulou a elaboração desse estudo, que busca lançar luzes e trazer questões para melhorar o entendimento dos processos observados nesse segmento.

Os dados apresentados demonstram a redução no total de produtores que destinaram animais para abate entre 2014 e 2017 (-15,40%), embora a produção estadual tenha crescido no período (1,83%). Com isso, o número médio de animais por produtor passou de 13,7 em 2014 para 16,5 em 2017 (aumento de 20,37%). Esses dados, por si só, indicam uma tendência de concentração no setor.

Não obstante a percepção dominante acerca dessa atividade, verificou-se que agricultura familiar representa 60,24% do total de produtores, na média dos quatro anos. Em termos absolutos, em média 21 mil agricultores familiares destinaram bovinos para abate nesse período, o que é um contingente bastante expressivo (para fins de comparação, há aproximadamente 6 mil agricultores familiares que produzem suínos com finalidade comercial e outros 5 mil que produzem frangos). Com a ressalva que a utilização de conceitos menos operacionais da categoria social “agricultor familiar” deve resultar em números mais significativos. Destaca-se ainda que, mesmo com redução no número total de produtores, a participação relativa da agricultura familiar sofreu pouca alteração ao longo do período.

No número de animais abatidos, a participação da agricultura familiar na produção catarinense de bovinos entre 2014 e 2017 foi de 27,23%, em média. Embora seja inferior ao número de produtores, esse percentual é significativo, principalmente ao se levar em conta as características tradicionalmente associadas a essa atividade. Além disso, registrou-se um pequeno crescimento na participação da agricultura familiar no período considerado, passando-se de 26,90% em 2014 para 27,86% em 2017. Em termos absolutos, em 2017 foram abatidos 153,4 mil bovinos oriundos de propriedades familiares.

A estratificação da produção por faixas expôs de forma mais evidente o grau de concentração existente nessa cadeia produtiva. Na média dos quatro anos analisados, 79,59% dos produtores destinaram ao abate entre 1 e 9 animais, totalizando 15,01% da produção do período. Por outro lado, 2,55% dos produtores comercializaram 100 ou mais animais, sendo responsáveis por 52,90% da produção.

Embora em menor proporção, mesmo no âmbito da agricultura familiar observa-se uma concentração: os agricultores familiares que abateram de 1 a 9 animais abrangem 83,24%

dos produtores dessa categoria e respondem por 26,33% da produção, enquanto as faixas com 100 ou mais animais englobam 1,28% dos produtores e produzem 34,45% dos animais.

Algumas situações necessitam de uma análise mais pormenorizada, como é o caso dos 24 produtores detentores de DAP que comercializaram 500 ou mais animais em 2017 (8 deles comercializaram acima de 1.000 cabeças).

De forma geral, é possível concluir que, embora tenha participação menor do que nas demais cadeias de carnes, a agricultura familiar ocupa papel de relevância na produção de bovinos, com mais de 60% dos produtores e cerca de $\frac{1}{4}$ da produção estadual. Esses percentuais dizem respeito apenas aos animais que se destinam ao abate, não sendo dimensionada a participação de agricultores familiares em outros segmentos da cadeia, como é o caso da produção de novilhos ou novilhas. Também não se incluiu neste estudo a produção destinada para autoconsumo, que em 2016 respondeu por 13,04% do total de bovinos abatidos no estado. É provável que a maioria dos abates para autoconsumo sejam realizados em propriedades familiares. Indicativo disso é o fato de todos os 20 municípios com maior número de abates para tal finalidade estarem localizados na mesorregião Oeste Catarinense, sendo conhecidos pela predominância da agricultura familiar e pela forte presença da pecuária leiteira.

Tradicionalmente a participação da agricultura familiar na produção de carne bovina é associada à produção leiteira, sendo os animais oriundos do descarte dos bovinos em fim de ciclo produtivo e/ou com menor produtividade. Embora não seja possível obter respostas conclusivas com as informações atualmente disponíveis, há alguns indicativos de que essa percepção pode não ser totalmente verdadeira. Exemplo disso é o fato de que os animais provenientes de agricultores familiares que comercializam em média mais de 50 cabeças por ano ser responsável por cerca de 45% da produção dessa categoria. Por outro lado, há que se ressaltar que mais de 83% dos agricultores familiares que destinaram animais para abate no período analisado neste artigo produziram entre 1 a 9 cabeças por ano.

Por fim, diferentemente das cadeias de aves e suínos, a produção de bovinos é voltada essencialmente para o abastecimento do mercado catarinense, uma vez que o estado é deficitário em relação a esse produto. Isso fica evidente, entre outras coisas, pela expressiva participação (80,4%) dos sistemas de inspeção municipal e estadual no total de abates inspecionados realizados no estado (EPAGRI/CEPA, 2017). Tendo em vista a estruturação dessa cadeia produtiva e os custos de logística associados à mesma, é provável os animais oriundos dos produtores que compõem as faixas inferiores da estratificação apresentada nesse artigo sejam abatidos em estabelecimentos localizados no próprio município de origem dos

bovinos ou em municípios próximos. Em se confirmando essa perspectiva, ganha mais relevância o papel da agricultura familiar no abastecimento dos mercados locais. Contudo, a ratificação dessa hipótese demanda análises adicionais que se recomenda que sejam realizados posteriormente.

5. Bibliografia citada

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: UnB, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acessado em 29 de maio de 2018.

EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2014-2015**. V. 1 – Florianópolis: Epagri/Cepa, 2015a. 153 p.

_____. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016-2017**. V. 1 – Florianópolis: Epagri/Cepa, 2017. 200 p.

_____. **Números da agropecuária catarinense**. Epagri: Florianópolis, 2018. 75 p.

FRANÇA, Caio G.; DEL GROSSI, Mauro E.; MARQUES, Vicente P.M.A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

JACQUES, Aino V.A. Potencial das pastagens naturais nos campos serranos. In: PINTO, Cassiano Eduardo et al (Org.). **Pecuária de corte: Vocação e inovação para o desenvolvimento catarinense**. Florianópolis: Epagri, 2016. p. 48-65.

MAPA. **Valor Bruto da Produção – VBP**. Janeiro/2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

MDA/INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília: MDA/Incrá, fev. 2000.

PINTO, Cassiano Eduardo; COSTA JUNIOR, Newton Borges da; GARAGORRY, Fabio Cervo. Desafios e oportunidades da pecuária de corte para o desenvolvimento da serra catarinense. In: PINTO, Cassiano Eduardo et al (Org.). **Pecuária de corte: Vocação e inovação para o desenvolvimento catarinense**. Florianópolis: Epagri, 2016. p. 196-209.

SANTOS, O.V.; MARCONDES, T.; CORDEIRO, J.L.F. **Estudo da Cadeia do Leite em Santa Catarina - Prospecção e Demandas**. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2006. 55p.

WEDEKIN, Ivan. **Economia da pecuária de corte: fundamentos e o ciclo de preços**. São Paulo: Wedekin Consultores, 2017. 179 p.

ZENI, Elton. **Caracterização da cadeia produtiva da pecuária bovina de corte no estado de Santa Catarina**. 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, UFSC, Florianópolis, 2001.